



Em Janeiro sondagens de petróleo e concessionárias no Algarve

O mês de dezembro foi intenso no que diz respeito ao tema da exploração de petróleo e gás no Algarve. A polémica instalou-se quando os autarcas algarvios através da AMAL acusaram a Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis (ENMC) de “falta de transparência” quanto aos contratos assinados para a exploração de combustíveis fósseis na região.

Depois de uma reunião a 18 de Dezembro entre a ENMC e a AMAL, Paulo Carmona da Entidade de Combustíveis disse que a 12 de janeiro vai ser promovida uma conferência na Universidade do Algarve “onde estarão todos os concessionários das explorações” na região e convidou “toda a população que queira entrar nesse esclarecimento e num diálogo científico sobre o que se está a fazer” assim como a pedir “esclarecimento junto da ENMC”, garantindo que “as respostas serão dadas no prazo máximo de cinco dias”.

Estas declarações foram feitas à saída da reunião com autarcas algarvios, a 18 de dezembro e depois destes terem acusado aquela entidade de falta de transparência no processo de concessão da exploração de petróleo. Foram cerca de duas horas e meia de encontro.

ENMC fala em 2020 como data provável para exploração petrolífera

Paulo Carmona afirmou que não foram feitos investimentos em termos de *on shore* mas que em termos de *off shore* “já foram investidos perto de 14 milhões de euros no ano passado” e que será feita nova prospeção em Junho e em Setembro.

“Já foram feitos 179 furos em Portugal (...) gastos 900 milhões de euros desde 1939 e ainda não se encontrou petróleo em condições para ser explorado”.

“Uma plataforma, para fazer um furo, gasta cerca de 60 milhões de dólares e o risco é de 80%”, esclareceu o presidente da ENMC, “eles ainda só gastaram o dinheiro mas o risco é da parte do operador” e garante que “se descobrirem petróleo ou gás, todo o processo de consulta pública seguirá o trâmite normal” e que “não haverá qualquer género de exploração de petróleo ou gás em Portugal antes de 2020” porque é tecnicamente impossível.

AMAL e ENMC não se entendem

A reunião, marcada de urgência, entre a AMAL e a ENMC surgiu depois desta contestar, em comunicado, e em resposta célere às acusações de falta de transparência que lhe foram endereçadas pelos municípios algarvios, no âmbito de uma posição conjunta.

A ENMC, que diz ter recebido a posição dos municípios “com surpresa”, garante que, apesar de o processo de concessão de pesquisa e prospeção de hidrocarbonetos no Algarve ser

“recente”, colocou “todos os contratos assinados e informações respetivas no seu site, no dia seguinte ao da assinatura dos ditos contratos”.

Com essa disponibilização no site, a ENMC diz que, enquanto “entidade supervisora e logo primeira responsável pela defesa do interesse nacional e público, procurou desde o primeiro momento garantir todas as condições de transparência e informação institucional”.

De referir que em sede da AMAL os presidentes de todas as autarquias algarvias aprovaram, por unanimidade, uma posição pública onde consideraram que “o contrato que foi assinado entre o Estado Português e uma empresa do ramo, para a concessão de direitos de prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo nas áreas designadas por Aljezur e Tavira, é uma situação que ultrapassa em todos os limites o admissível no que respeita ao direito de acesso à informação, esclarecimento, discussão pública e, acima de tudo, ao respeito que as autarquias merecem”.

No seu comunicado, a Entidade garante, porém, que, “no passado dia 28 de outubro (cerca de um mês e meio antes desta tomada de posição dos municípios), a ENMC enviou ao presidente da AMAL um convite para a realização de uma reunião de trabalho com todas as autarquias algarvias, para que fossem desenvolvidos todos os canais de informação e esclarecimento sobre o que está, realmente, em causa nesta concessão”.

Para esta entidade, a reunião com os municípios “foi solicitada de forma atempada, muito antes de qualquer posição pública das referidas autarquias”.

Na sua forma de ver, isso demonstraria “total respeito pelos representantes autárquicos das populações que, realmente, merecem todos os esclarecimentos e que não subsista qualquer dúvida que resulte de desinformação ou alarmismo sem justificação”.

Por seu turno, Jorge Botelho, presidente da AMAL, garantiu que o convite da ENMC “só foi feito depois de assinados os contratos de concessão. Onde está a transparência que apregoam, se não quiseram saber da nossa opinião, enquanto autarcas, previamente?”, questionou.

Quanto à disponibilização dos contratos no site da ENMC, que Jorge Botelho salienta também só ter sido feita “depois de assinados esses contratos”, sem que os Municípios envolvidos tenham sido «tidos nem achados» de forma prévia. Além disso, considera, “como é que nós havíamos de adivi-

nhar que esses contratos estavam publicados no site? Só se andássemos a ver todos os sites, todos os dias...”.

Por isso, sublinha o presidente da AMAL, “não adianta muito à ENMC vir agora falar de transparência”.

De referir que no comunicado de 9 de Dezembro o presidente da AMAL afirmou que “desde 2005 que a AMAL vem acompanhando o processo relativo à eventual exploração de petróleo e gás natural no Algarve, de forma muito atenta e particularmente preocupada com o secretismo em torno deste assunto”.

A ausência constante de informação quer aos municípios quer à Comunidade Intermunicipal do Algarve, bem como aos cidadãos algarvios por parte dos sucessivos Governos é injustificável e um dos pecados capitais de todo este processo.”

Jorge Botelho afirma ainda que “coloca as mais sérias e fundamentais dúvidas quanto à compatibilização das atividades autorizadas/licenciadas, com os valores ambientais e a biodiversidade em presença, nomeadamente em territórios de Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional, Rede Natura 2000 e Parques Naturais”.

A mais recente assinatura de contactos entre o Estado Português e uma empresa do ramo, para a concessão de direitos de prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo nas áreas designadas por Aljezur e Tavira, ultrapassa em todos os limites o admissível no que respeita ao direito de acesso à informação, esclarecimento, discussão pública e acima de tudo ao respeito que merecemos, sendo certo que a questão está na opinião pública associada a um alarmismo que não queremos por a nossa região”.

E termina Jorge Botelho: “a AMAL arroga-se desde já a todas as formas legais que lhe assistem para contrariar os processos em curso, com o objetivo de revertê-los.”

ENMC reage

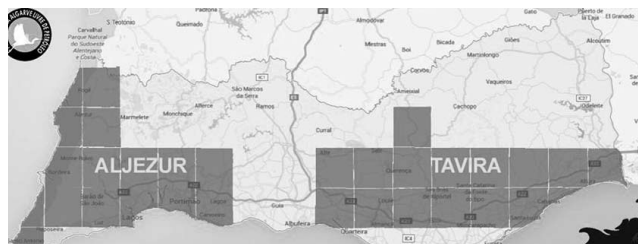
No dia 10 de Dezembro a ENMC contestou o comunicado da AMAL garantindo que foram colocados “todos os contratos assinados e informações respetivas no seu site, no dia seguinte ao da sua assinatura”. A ENMC diz ainda que enquanto “entidade supervisora e primeira responsável pela defesa do interesse nacional e público, procurou desde o primeiro momento garantir todas as condições de transparência e informação institucional”.

De acordo com a ENMC existe “um contrato assinado que se encontra no site da ENMC” que “permite fazer sonda-





gás vão ser tema de conferência com



gens.” Serão feitas sondagens “no próximo ano, se calhar, ou de aqui a dois ou três anos”. O concessionário desse contrato “vai verificar se há petróleo no Algarve”.

“Os direitos pressupõem obrigações”, continua o presidente da ENMC. Se realmente descobrirem petróleo, e for feito um estudo de impacto ambiental e esse estudo for negativo, “pura e simplesmente não o podem explorar. Se as populações se objectarem contra isso, como é que eles vão fazer a exploração contra as populações e contra os autarcas? Se o estudo de impacto ambiental der negativo, o concessionário não pode explorar, é posição do contrato”, finaliza.

A opinião dos que se manifestam

No dia da reunião do passado dia 18 estiveram à porta da AMAL, em Faro, manifestantes contra a exploração do petróleo provindos de várias zonas da região. Estavam representadas organizações como Almargem, ASMAA, PALP Preservar Aljezur, Quercus, Tavira em Transição, assim como representantes dos moradores da Ilha da Culatra e Ria Formosa e outros cidadãos preocupados com esta situação.

Maria de Fátima Noronha, uma das manifestantes, considera que “após a Cimeira do Clima onde se discutiu a importância das energias renováveis em substituição dos combustíveis fósseis”, é “completamente anacrónico que se esteja a pôr a hipótese da exploração do petróleo em Portugal, sobretudo numa região que vive do turismo e investe no turismo da natureza”. Preocupa-a o processo “completamente abafado”, a população “não está minimamente informada e é vendida como no caso do TTIP, à falácia que isto vai trazer imensos empregos. Não traz, porque tem que haver mão-de-obra especializada, não são as pessoas que trabalham em bares no Verão que vão trabalhar para as plataformas de petróleo no resto do ano” e conclui “se as petrolíferas estão envolvidas é porque há um outro interesse por trás. Estas empresas não estão minimamente preocupadas com o impacto ambiental, só estão preocupadas com os seus interesses económicos”.

Jesus Pereira afirma que “se nos preocuparmos com o lucro rápido, mais tarde vamos ter que gastar muito mais para reverter as situações criadas. O que foi decidido na Cimeira do Clima já diz um bocadinho isso”.

Miguel Rodrigues confessa que o assunto “tanto a exploração off shore como a in shore. O próprio processo em si, o fracking, é destruidor. Está provado por experiências noutros locais que aquilo que for sujeito ao fracking fica destruído para sempre”. Quanto ao modo como as coisas se têm desenrolado “é normal em Portugal e no resto da Europa: esconde-se o que se está a fazer até que seja praticamente irreversível”

e conclui: “a própria população tem que fazer um esforço para se informar sobre aquilo que lhe diz respeito. Se isto vai para a frente ou não, também depende da população”.

Ricardo Domingos comentava que “dizem que vão fazer uma prospeção controlada. Controlada, ou não. Eles não sabem o que vai acontecer. Existem as placas tectónicas. Se uma dessas placas se desloca o que será feito da cidade de Faro? Da Fuzeta, Olhão, Tavira?”

Por sua vez, Elvira Martins do movimento Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP) afirmou que “estão assinados 15 contratos em todo o país e as áreas que estão ainda para concessionar são enormes, quatro ou cinco vezes a área de Portugal Continental. Pode-se dizer que é criminoso um país que tem vinte e sete óscars de turismo estar a assinar contratos de concessão com empresas petrolíferas quando o resto do mundo está a abandonar a exploração petrolífera e a substituir por energias renováveis. Inclusive as próprias consultoras das petrolíferas assim o recomendam. Neste momento, o investimento na exploração de petróleo não é rentável. O petróleo está a um valor abaixo e mesmo que subisse não seria rentável. Os custos de exploração estão, cada vez mais, a aumentar” e informa “temos uma petição em discussão na Assembleia da República e gostávamos muito que o governo actual tomasse conta, a sério, desta questão e que fizesse mesmo a anulação do decreto-lei 104/94 que tem vinte e um anos, está completamente desatualizado e foi feito exclusivamente para favorecer as petrolíferas”.

Filipe Costa do grupo Preservar Aljezur está aqui para “mostrar que a população está com os presidentes de câmara nesta negociação. Queremos mostrar a nossa indignação e o nosso apoio à posição tomada pela AMAL”. Preservar Aljezur pretende “informar a população. Toda esta desinformação não serve a ninguém. Se as populações estiverem informadas não ficarão indiferentes a esta situação”.

O primeiro autarca a sair desta reunião foi Rogério Bacalhau, edil farense. “Estamos a falar de prospeções apenas e não de exploração”, afirmou, “agora se essas prospeções forem positivas, o que vem a seguir é a exploração”. Considera que “são muitos milhões em investimentos mas para a população só fica a parte negativa. Não nos foi apontado nenhum factor positivo para o Algarve nem para o país”.

Jorge Botelho manteve-se perentório: “os autarcas estão contra a exploração de petróleo no Algarve. Essa é a linha que temos seguido e que, conscientemente, continuamos a seguir”.

Em Execução

Apresentação da situação atual de pesquisa e exploração de recursos petrolíferos em Portugal

Concessões e Contratos

O direito ao acesso e exercício das atividades de prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo é subordinado a um único título - Contrato de Concessão (e Adenda(s) respetiva(s)), contemplando todas as fases de atividade.

No que respeita à zona imersa profunda (profundidade de coluna de água superior a 200 metros), o modelo de contrato foi definido no âmbito do Concurso Público Internacional de 2002 para atribuição de áreas de concessão na zona imersa profunda e de acordo com o Decreto-Lei 109/94, de 26 de abril.

Onshore - Bacia Lusitânica: 3 Áreas

A Australis Oil & Gas Ltd. requereu a atribuição de três concessões, mediante Negociação Direta.

Os contratos de concessão das áreas denominadas “Batalha” e “Pombal” foram assinados, em 2015/09/30, com a empresa Australis Oil & Gas Portugal.

Onshore - Bacia do Algarve: 2 Áreas

Os contratos de concessão foram assinados, em 2015/09/25, com a empresa Portfuel, petróleos e gás de Portugal Lda.

Deep-Offshore - Bacia do Alentejo: 2 Áreas

A Kosmos Energy LLC requereu a atribuição de duas concessões, mediante Negociação Direta.

Deep-Offshore - Bacia do Algarve: Áreas “Sapateira” e “Caranguejo”

Os contratos de concessão foram assinados, em 2015/09/04, com o consórcio Repsol / Partex.

Deep-Offshore - Bacia do Algarve: Áreas “Lagosta” e “Lagostim”

Os contratos de concessão foram assinados, em 2011/10/21, com o consórcio Repsol / RWE.

Desde 2012/09/13, por Adendas aos contratos, estas concessões são detidas pelo consórcio Repsol / Partex.

Deep-Offshore - Bacia de Peniche: Áreas “Camarão”, “Amêijoia”, “Mexilhão” e “Ostra”

Os contratos de concessão foram assinados, em 2007/05/18, com o consórcio Petrobras / Galp / Partex.

Desde 2013/05/18, por Adendas aos contratos, estas concessões são detidas pelo consórcio Repsol / Galp / Partex.

Deep-Offshore - Bacia do Alentejo: Áreas “Lavagante”, “Santola” e “Gamba”

Os contratos de concessão foram assinados, em 2007/02/01, com o consórcio Hardman / Galp / Partex.

Em 2010/03/25, por Adendas aos contratos, estas concessões passaram a ser detidas pelo consórcio Petrobras / Galp.

Em 2014/02/01, por Adendas aos contratos, estas concessões passaram a ser detidas pela empresa Galp.

Desde 2014/12/18, por Adendas aos contratos, estas concessões são detidas pelo consórcio ENI / Galp.

Prospeção e Pesquisa de Petróleo 2015/16

Deep-Offshore:

Bacia do Alentejo: 1 sondagem de pesquisa a realizar pelo consórcio ENI / Galp
Bacia do Algarve: 1 sondagem de pesquisa a realizar pelo consórcio Repsol / Partex.

Como aceder aos dados de pesquisa?

Os dados de prospeção e pesquisa resultantes da atividade de empresas que operaram em Portugal, ao longo dos anos, estão disponíveis nas instalações da ENMC.

Recomendação da Comissão:

No âmbito da RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO de 22.1.2014 relativa a princípios mínimos para a exploração e a produção de hidrocarbonetos (designadamente gás de xisto) mediante fracturação hidráulica maciça, informa-se:

o Número de projetos de poços concluídos e planeados que envolvem fracturação hidráulica maciça: Nenhum.

o Número de licenças concedidas, os nomes dos operadores envolvidos e as condições de licenciamento: Nenhum.

o Estudo da situação inicial realizado nos termos dos pontos 6.1 e 6.2, assim como os resultados da monitorização efetuada nos termos dos pontos 11.1, 11.2 e 11.3, alíneas b) a e): Nenhum.

Nota: Foi estabelecido um grupo de trabalho para preparação de um documento de práticas recomendadas a serem seguidas durante as atividades de pesquisa/ produção de “gás de xisto”.

Em Janeiro sondagens de petróleo e gás vão ser tema de conferência com concessionárias no Algarve

O mês de dezembro foi intenso no que diz respeito ao tema da exploração de petróleo e gás no Algarve. A polémica instalou-se quando os autarcas algarvios acusaram a Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis (ENMC) de “falta de transparência” quanto aos contratos assinados para a exploração de combustíveis fósseis na região. **P 8 e 9**

